

O JORNALISMO COMO *SISTEMA PERITO*: O CASO DAS REVISTAS DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Paulo Sérgio da Silva Santos (UFRN)
Paulosergio65_8@hotmail.com

Introdução

Desde a década de 80, a mídia dedicada a informações de cunho científico vem crescendo de forma acelerada. Os investimentos governamentais e de empresas públicas e privadas em ciência e tecnologia multiplicaram-se nos últimos anos de acordo com dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI).

Nesse bojo, tem aumentado bastante a quantidade de mídias que oferecem divulgação científica a qualquer cidadão. São revistas, blogs, canais de televisão, sites de internet, livros etc. Como era de se esperar, junto com essa variedade, cresceu também a demanda por esse tipo de informação, chegando mesmo, em alguns casos no Brasil, a adentrar as escolas como instrumento pedagógico em substituição ao livro didático.

Então o estudo crítico das erratas oferece grande contribuição social para a prática de consumir textos de divulgação científica. Por isso, o presente estudo propõe uma análise do processo que envolve a Alfabetização Científica proposta pela revista de Divulgação Científica *SuperInteressante* ou simplesmente *Super* (autodenominação). O nosso pressuposto é que o jornalista corre o risco de fracassar na tentativa de tornar acessível o saber científico, tornando, desta forma, a alfabetização pretendida, muitas vezes, ineficaz quando não danosa ao leitor.

Na Metodologia, seguimos a orientação qualitativo-interpretativa. Coletamos o *corpus* a partir da revista *SuperInteressante*, recolhendo as erratas veiculadas entre os anos de 1988 e 2011, seguindo uma lógica de tomar os dois exemplos mais relevantes de cada década de publicação, assim reunimos um material de análise composto por oito erratas das décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010.

A reflexão crítica tomou por base o postulado da Análise Crítica do Discurso que permitirá um tratamento de questões discursivas e sociais que envolvem o que chamamos de 'prática social do jornalismo científico'. Pensamos que é de fundamental importância abordar as questões que envolvem a prática do jornalismo científico.

Além disso, em concordância com o trabalho transdisciplinar proposto pela ACD, a ASCD surge com uma proposta preocupada com as mudanças sociais e culturais contemporâneas.

Os pilares teóricos da nova corrente são principalmente a Sociologia aplicada à mudança social (SACO, 2006), a Comunicação para a Mudança Social (GUMUCIO 2008), os Estudos Culturais (MATTELART 2005, HALL, 2005) e os estudos do sujeito e das identidades de Bajoit (2003, 2008). Sem perder de vista o especial interesse da ASCD no poder transformador do discurso, a abordagem está fundamentada em áreas da Linguística (como, por exemplo, a Linguística Sistêmico-Funcional e a Linguística Textual), como compete a todas as pesquisas em ACD, para atender à demanda da materialidade linguística e recorre à Gramática Visual, para cobrir à multimodalidade do texto.

A ASCD, como nova corrente dentro da Análise Crítica do Discurso (ACD), reúne as linhas de estudo mencionadas para possibilitar uma investigação mais completa e pluralista acerca da força do discurso como fator de mudança social e cultural. Ainda com alguns caminhos transdisciplinares já estabelecidos, é possível imaginar uma ampliação das vias de diálogo, segundo Pedrosa¹, "novos campos podem ser inseridos

em nossa proposta, como se justifica em toda e qualquer abordagem transdisciplinar como esta se propõe a ser” (PEDROSA, 2012, p. 4).

A análise será orientada textualmente pelas categorias léxicogramaticais do sistema de Avaliatividade que integra a teoria Sistêmico-Funcional desenvolvida por Halliday. O Sistema de Avaliatividade nos parece como o método mais eficaz de aplicação dos princípios propostos na Teoria Sistêmico-Funcional. Segundo (VIAN, et. al.,2010) o Sistema de Avaliatividade é um conjunto de significados interpessoais que se debruça sobre os mecanismos de avaliação veiculados pela linguagem, configurados em um sistema que oferece aos usuários possibilidades de utilizar itens avaliativos em suas interações cotidianas.

As categorias propostas pelo Sistema de Avaliatividade possibilitaram uma análise linguística capaz de desvelar as estratégias utilizadas pelo editor com a finalidade de proteger, em última instância, o prestígio social e manter a competitividade mercadológica da revista *SuperInteressante*.

Com esse arcabouço teórico, estabelecemos um diálogo com o campo da divulgação científica e tentamos dar um tratamento aos dados obtidos que possibilitasse uma análise linguística e social do problema a ser enfrentado, qual seja, a frequência de erros substanciais na divulgação de informações científicas através da *SuperInteressante* e o possível prejuízo causado aos seus leitores dentro do entendimento do jornalismo como um exemplo de *Sistema Perito*.

1. Análise Crítica de Discurso e os estudos sobre a modernidade tardia

O limiar da modernidade tardia trouxe consigo formas complexas de relações sociais, a maior parte das novas maneiras de interação está ligada ao surgimento das mídias de massa. As tecnologias relacionadas a esse tipo de comunicação tornou mais escassa a comunicação face-a-face e alavancou novos tipos de relacionamentos sociais.

Nesse contexto usaremos o conceito de ‘discurso’ nos termos definidos por Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003a) observando os aspectos referentes à quase-interação mediada. Dessa forma, abarcaremos, além dos aspectos semióticos da prática social referente à divulgação da ciência, os elementos não-discursivos dessa mesma rede de práticas.

Fica estabelecido então que o ‘discurso’ definido dessa forma refere-se aos elementos semióticos das práticas sociais, isso inclui linguagem (falada e escrita e em combinação com outras semioses), comunicação não-verbal (expressões faciais, movimentos corporais, gestos etc.) e imagens visuais (por exemplo fotografias, filmes). E que, além disso, o discurso representa um modo particular de representar parte do mundo e está ligado a interesses específicos (no nosso caso da revista *SuperInteressante*).

Em nosso caso específico, focalizaremos o discurso da divulgação científica para trazer à tona uma situação de interação social desfavorável para uma das partes (o leitor da *SuperInteressante*). A nosso ver, a rede de práticas na qual estão situadas as revistas de divulgação lança mão de várias semioses para transformar o seu discurso em algo atraente e persuasivo, há aspectos nessa relação revista/leitor que vão além do âmbito linguístico.

Por isso, precisamos de um conceito de discurso que alie os elementos semióticos com os referentes às práticas sociais, dessa forma não negligenciaremos questões que nos parecem cruciais para a superação desse problema.

Partindo para a discussão acerca dos efeitos da modernidade na comunicação de massa na atualidade, Giddens nomeia esse período de ‘modernidade

tardia' ou 'alta modernidade' e a caracteriza pelo ceticismo generalizado em conjunto com o reconhecimento de que a ciência e a tecnologia criam novos parâmetros de risco e perigo além de oferecer possibilidades benéficas para a humanidade (GIDDENS, 2002, p.32).

2. O Jornalismo como *Sistema Perito*

No bojo da discussão acerca da modernidade tardia, outro conceito advindo do trabalho desenvolvido por Giddens (1991) nos será muito útil, o de *desencaixe*. Por *desencaixe* o sociólogo refere-se ao deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço.

O autor apresenta dois tipos de mecanismos de desencaixe que concorrem para o desenvolvimento das instituições sociais modernas. O primeiro ele chama de '*fichas simbólicas*' e o segundo de '*sistemas peritos*'.

Com *fichas simbólicas*, Giddens indica os meios de intercâmbio que podem circular sem que interfiram as características dos indivíduos que as detêm em uma conjuntura particular. Na sua explicação o autor dá destaque ao dinheiro como exemplo de uma *ficha simbólica*.

Por sua vez, os *sistemas peritos* são os sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje (GIDDENS, 1991, p.30). A maioria das pessoas é leiga sobre questões que envolvem o seu dia-a-dia, e são os 'especialistas' que 'asseguram' através de um conhecimento técnico do mundo que podemos confiar no 'funcionamento' do engenho social.

Assim, as pessoas não têm nenhum medo de subir escadas, mesmo considerando que em princípio elas podem desabar. Elas conhecem muito pouco os códigos usados pelo arquiteto e pelo construtor no projeto, mas têm fé no que eles fizeram. Essa confiança não é apenas nos arquitetos, mas principalmente no *conhecimento perito* que eles possuem. Embora as pessoas não possam, em geral, conferir a autenticidade desse conhecimento elas confiam nos *sistemas peritos* que legitimam as diversas áreas do conhecimento.

Vamos nos deter nos *sistemas peritos* porque esse conceito nos oferece uma importante ferramenta de análise da relação entre os meios de comunicação e o seu público, ou mais especificamente, entre o jornalismo e o leitor. Em um artigo de 1999, Luis Felipe Miguel faz um percurso bastante profícuo ao unir a teorização de Giddens acerca dos *sistemas peritos* com a possibilidade de constituir, o próprio jornalismo um *sistema perito*.

Segundo Miguel (1999, p.198) os *sistemas peritos* possuem dois traços característicos principais. O primeiro é o elevado grau de autonomia (do *sistema perito*) em relação aos que se submetem a ele. Sendo assim, o consumidor do *sistema perito*, por não possuir o conhecimento especializado de um determinado sistema não possui capacidade de influenciá-lo.

O segundo traço diz respeito ao fato de que os *sistemas peritos* implicam uma crença dos consumidores no seu conhecimento técnico. Exemplo disso é que quando um indivíduo vai ao médico não tem condições de avaliar a pertinência ou não do tratamento indicado, apenas confia no conhecimento especializado do médico.

Trazendo a discussão para o nosso campo, ou seja, para as questões relacionadas ao consumo de informações através de revistas, temos que o leitor tem uma atitude similar à de outros consumidores ligados a outros *sistemas peritos*.

Essa relação particular dos leitores/consumidores de notícias com o *sistema perito* jornalismo foi dividida em três momentos por Miguel (1999, p.199): 1) confiança quanto à veracidade das informações relatadas; 2) confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização dos elementos importantes ao relato; 3) confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização das notícias diante do estoque de ‘fatos’ disponíveis.

Vamos nos deter no primeiro momento apontado por Miguel (1999), o da confiança quanto à veracidade das informações relatadas. Giddens (1991, p.29) afirma que todos os mecanismos de desençaixe, inclusive os *sistemas peritos* dependem da confiança.

A confiança nos *sistemas peritos* é sustentada pela experiência cotidiana, assim, por sabermos que os aviões chegam, frequentemente, aos seus destinos confiamos em viajar neles, temos a comprovação da sua eficácia através da experiência. Contudo, como conseguir essa ‘comprovação’ quando se trata de jornalismo? Como os leitores de informações científicas podem comprovar a veracidade das informações relatadas, se justamente, leem revistas porque não dominam o conhecimento e o fazer científico?

No caso do jornalismo apenas em alguns casos é possível comprovar a veracidade da notícia. É sobre essa falta de ‘capacidade técnica’ que age o *sistema perito* jornalismo. Nesse sentido estamos apontando que os leitores da revista *SuperInteressante* estão subjugados ao seu ‘conhecimento especializado’, e seu poder de comprovação sobre tudo que é veiculado é extremamente frágil ou em muitos casos inexistente.

Os leitores não dominam o conhecimento que é prometido pela revista (científico) e precisam ou querem conhecê-lo e para isso confiam plenamente no sistema. Essa confiança se dá, como afirma Giddens (1991, p.31), através da experiência cotidiana, mas também pelas forças reguladoras que estão acima dos sistemas e visam proteger os consumidores de *sistemas peritos*.

O jornalismo, por sua vez, é apontado por Miguel (1999, p.202) como uma dessas forças reguladoras a qual ele denominou: *meta-sistema perito*. O contato cotidiano com as notícias ajuda a confirmar ou desmentir as crenças estabelecidas na fiabilidade dos diversos *sistemas peritos*, pelo fato de que o consumidor de informações já não conta somente com sua experiência pessoal, mas também com aquelas que lhes são relatadas.

O jornalismo é, dessa forma, um foro informal e cotidiano de legitimação ou deslegitimação dos diversos *sistemas peritos*. O problema, nesse caso, é que não há um *metasistema perito* que faça o mesmo controle sobre o jornalismo.

O público consumidor de divulgação científica está à mercê desse sistema (o jornalismo) e de suas demandas intrínsecas, e o pior é que não tem instrumento algum que possa dar a eles garantias sobre o que estão consumindo. Restando aos leitores ‘confiar’ que o que estão lendo é verídico e corresponde a uma irrevogável ‘verdade’ científica.

Ainda segundo Miguel (1999, p.203) o público tem importância secundária para os veículos de informação. Os anunciantes têm prioridade nas preocupações dos órgãos de imprensa, assim como sua vontade de lucro enquanto empresa privada.

Essa questão, analisada sob a ótica do conceito de *sistemas peritos* de Giddens (1991) e a pertinente aplicação desse conceito ao jornalismo, feita por Miguel (1999) pode nos proporcionar uma visão mais clara da situação da divulgação científica no Brasil. É evidente que a mídia tem, hoje, não só em nosso país, mas no mundo inteiro, uma centralidade crescente, que interfere nas decisões políticas, econômicas e culturais.

Ficou claro, a nosso ver que o jornalismo é um importante *sistema perito* que, nas palavras de Miguel (1999, p.205) conta com a faceta de escapar, em grande parte, dos mecanismos de aferição aos quais se submetem os outros *sistemas peritos*.

A ascendência do sistema do jornalismo sobre os seus leitores/consumidores e a falta de ferramentas desses para colocar o conhecimento técnico à prova constitui uma situação social digna de ser investigada pela ASCD. Nessa perspectiva a ASCD deve ser entendida como uma contribuição para o campo da pesquisa crítica sobre a ‘modernidade tardia’.

3. Gramática Sistêmico-Funcional: as categorias analíticas

A ASCD preocupa-se, também com as relações entre as práticas discursivas e outras práticas sociais e para isso, agrega noções ligadas à ciência social crítica ao paradigma funcionalista dos estudos linguísticos. No aspecto linguístico essa teoria orienta-se pela linguística Sistêmico-Funcional (LSF) de Halliday. Para Chouliaraki & Fairclough (1999) a LSF é a principal teoria linguística que está mais próxima das perspectivas da pesquisa social crítica, e pode, de fato, ser complementar à TSD, como esta àquela.

Os estudos funcionalistas têm por objetivo, além de estabelecer princípios gerais relacionados ao uso da linguagem, investigar a interface entre as funções e o sistema interno das línguas (RAMALHO & RESENDE, 2006, p.56). A Análise Crítica do Discurso assim como o Funcionalismo, entende a linguagem não como um sistema ‘fechado’ ou ‘autônomo’, mas como um sistema aberto e sujeito a inovações provenientes de estímulos do meio social.

Para Halliday, os sentidos da linguagem são possíveis por meio de componentes fundamentais que são ‘funcionais’, ou seja, têm função em relação às necessidades humanas. A teoria é funcional porque objetiva descrever como a linguagem é utilizada (COSTA, 2009, p.41). Halliday afirmou que as línguas organizam-se em três tipos de sentido que são chamados de macrofunções, a saber: a ideacional, interpessoal e textual.

Segundo Neves (1997, p.62), essas funções são manifestações dos dois propósitos gerais que fundamentam os usos da linguagem: entender o ambiente (ideacional) e influir sobre os outros (interpessoal). O terceiro componente metafuncional, o textual, lhes confere relevância.

O Sistema de Avaliatividade constitui um conjunto de significados interpessoais que se dedica aos instrumentos de avaliação possíveis através da linguagem. Estes instrumentos estão configurados em um sistema que oferece aos usuários possibilidades de utilizar avaliações em suas interações.

Assim, o Sistema da Avaliatividade permite a visualização, a partir da perspectiva Sistêmico-Funcional de linguagem, dos diferentes recursos utilizados e as possíveis metodologias para a análise de como esses mecanismos ocorrem na língua portuguesa (VIAN, 2010, p.19).

Segundo o Sistema de Avaliatividade, expressamos através da linguagem, três tipos de atitudes, são elas: *Afeto* (recursos utilizados para expressar emoção); *Julgamento* (recursos para julgar o caráter) e *Apreciação* (recursos utilizados para atribuir valor às coisas).

Além desses três recursos, incluem-se simultaneamente a Atitude, a Gradação e o Engajamento. Assim ao fazermos uma avaliação, também selecionamos o quanto queremos amplificá-la, bem como indicamos o item que está sendo apreciado

em nossa avaliação, isto é, a fonte de nossa avaliação (VIAN, 2010, p.20). Assim, segundo o sistema de Avaliatividade, as atitudes expressadas por meio da linguagem: *afeto*, *juízo* e *apreciação* podem ser gradadas e essa gradação se dá de acordo com a relação que estabelecemos com nossos interlocutores.

Em seguida, as categorias de *força* e *foco* serão empregadas para analisar o ‘volume’ das construções contidas nas erratas e a categoria de *heteroglossia* nos apontará a forma de interação entre editor e leitores e a forma como a voz dos leitores é introduzida pelo editor.

4. O caso da revista SuperInteressante: análise dos exemplos

Passaremos agora aos exemplos de número ‘1’) e ‘2)’:

- 1) Aranhas são aracnídeos e não inseto. (SuperEquívoco - Super, abril, 2002, ed. 175 - **errata extra**).
 - a. No artigo “a estratégia das aranhas” está escrito que o piolho não é um inseto, mas um aracnídeo. Na verdade, piolho é inseto. Aracnídeo além da aranha e do escorpião é o carrapato. (Falhas Nossas - Super, fevereiro, 1989, ed. 017).
 - b. O ácaro é um aracnídeo e não um inseto, como está escrito na matéria “Anatomia de um grão de poeira” (SI, nº 4, ano 4). (Anselmo Mauryama – São Paulo / Marcelo H. Pereira – Ipatinga, MG / Marcelo Sáiße, Octávio A. F. Presgrave – Rio de Janeiro, RJ / Rogério F. de Souza – Londrina, PR / João B. Pereira, Alessandra de Carvalho e mais trinta alunos da sétima série do colégio Dona Sinhá Junqueira – Ribeirão Preto, SP). (Falhas nossas - Super, ano 4, nº 7, julho de 1990 / **errata extra**).
 - c. Ao contrário do que o texto “Aracnofilia” (Super 282, pág. 95) possa ter dado a entender, a aranha não é um inseto, e sim um aracnídeo. (Foi Mal - Super, ed. 284, novembro de 2010 / **errata extra**).
- 2) A palavra respiração na matéria – “A Terra dentro de uma redoma” (SI nº 1, ano 5), foi empregada inadequadamente quando se refere às algas. O correto é dizer que durante a fotossíntese, e não durante a respiração, elas liberam oxigênio e absorvem gás carbônico. Mariléia Regina Ferreira, São Paulo, SP (falhas nossas – Super, 1991, abril, ed. 043).

Vemos, nos casos ligados ao exemplo ‘1)’, que o editor procede a uma troca do que representaria um erro humano (do jornalista) por um erro indeterminado (da matéria). É o que estamos apontando como a troca do *juízo* (juízo de pessoas, capacidade) por *apreciação* (avaliação de objetos, coisas).

No primeiro caso, ele afirma: ‘*Aranhas são aracnídeos e não inseto*’. O que não fica evidente a partir da leitura desse trecho é quem disse que as aranhas são insetos? É manifesta a existência de um discurso primeiro, que afirmou, para em seguida o editor discordar dessa afirmação.

Nos exemplos seguintes temos: a) ‘No artigo “a estratégia das aranhas” está escrito que...’; b) ‘como está escrito na matéria...’; c) ‘Ao contrário do que o texto “Aracnofilia” possa ter dado a entender...’. Essas passagens mostram construções discursivas que retiram do editor/jornalista a responsabilidade de ter produzido as matérias, e por tanto, os equívocos indicados.

Devemos destacar também a questão da *gradação*. A categoria de *gradação* como já vimos, diz respeito ao volume/tom estabelecido nas construções através de elementos lexicais específicos que servem para aumentar ou diminuir a ênfase de uma afirmação.

No exemplo '2)', temos: 'A palavra respiração na matéria – “A *Terra dentro de uma redoma*” foi empregada *inadequadamente*. O termo destacado por nós demonstra uma gradação que visa a minimizar, ou seja, diminuir a força de expressão. Assim, entendemos que a palavra 'inadequadamente' está, nos níveis de uma escala, abaixo (em termos de força) de termos como 'errada', ou 'equivocada'.

Souza (2010, p.195) afirma que na estratégia de gradação o aumento ou a diminuição de intensidade da gradação pode ocorrer por meio de advérbio ou locução adverbial, na maioria das vezes são advérbios de intensidade ou modo. O editor escolheu dizer 'foi empregada inadequadamente', e fez essa escolha entre tantas outras opções válidas. Porque essa escolha e não outra? Esse posicionamento não é fortuito e demonstra que tipo de preocupação permeia a construção das erratas em estudo.

Essa situação torna mais grave o fato de o jornalismo ser um sistema perito, já que os leitores estão enfraquecidos diante dessa relação assimétrica estabelecida pelo veículo de informação que “detém” um conhecimento técnico.

Os casos abaixo dizem respeito a erros que têm como aspecto central defeitos nas imagens, diferença entre a legenda e a imagem. As erratas aqui contidas estão estreitamente ligadas à questão espacial das matérias de divulgação científica. Vamos aos primeiros exemplos:

3. A capa da edição de janeiro (SI nº 1, ano 8) traz uma legenda que identifica a ilustração como uma imagem feita pelo satélite Stella. Só que esse satélite ainda não foi lançado. Maurício Moraes e Silva - Araraquara, SP.

Realmente houve uma falha. A imagem da capa é uma representação feita pelo GRIM 4, um programa de computador para estudo da superfície terrestre que usa, entre outras coisas, imagens de vários satélites. (Falhas nossas – Super, 1994, abril, ed. 079).

4. POSTER

Algumas das fotos de insetos publicadas no pôster (número 9, ano 12) não estão em tamanho natural. As medidas escritas são as corretas. (Correções – Super, 1998, outubro, ed. 133).

A errata do exemplo '3)' chama atenção por dois aspectos. Em primeiro lugar não foi apenas uma informação que foi veiculada erroneamente, mas uma informação que foi 'criada' com algum objetivo discursivo, já que não havia a possibilidade de uma imagem ter sido feita por um satélite que ainda não estava em órbita.

Em segundo lugar, não era uma fotografia, mas uma imagem que possivelmente foi feita 'artificialmente' por um programa de computador. Se o editor sabia que era uma 'representação' e não uma fotografia verdadeira, porque publicá-la como tal? Talvez a resposta esteja no fato de que dificilmente, pelo que julgamos as pessoas tenham acesso a uma difícil comprovação das informações contidas nas matérias publicadas.

A dificuldade de 'provar' as informações veiculadas nos meios de comunicação de massa pode ser descrita a partir do conceito de 'sistema perito' de Giddens (1991). Como já foi abordado anteriormente, o *sistema perito* é baseado na confiança. Os leitores leem a revista porque depositam certo nível de confiança de que

as informações ali contidas estão de acordo com ‘a verdade dos fatos científicos’, além disso, já falamos também do nível de envolvimento afetivo que as pessoas desenvolvem com as suas revistas favoritas.

O jornalismo constitui um sistema de competência técnica e profissional que organiza, referencia um determinado campo social, o de informações científicas. Esse sistema de competência, no caso desse objeto de estudo, está materializado na revista *SuperInteressante*. As pessoas são influenciadas constantemente por esse sistema e reconhecem nele, seja porque não possuem conhecimento técnico, seja porque não possuem competência profissional em determinada área (MIGUEL, 1999, p.198). Essa falta de autonomia dos leitores diante da revista faz com que seus leitores desenvolvam uma crença muitas vezes ‘irracional’ na competência especializada do veículo.

No caso do sistema perito do jornalismo, diferente de outros sistemas peritos, não há (ou ela é remota) possibilidade de comprovar a veracidade das informações. Dessa forma o leitor recebe ‘passivamente’ tudo que é publicado e crê na sua veracidade, assim, segundo Miguel (1999, p. 201), o jornalismo exerce uma violência simbólica originária, que é exatamente o estabelecimento daquilo que há de “importante” no mundo.

Não bastasse essa dificuldade de comprovação que é inerente ao sistema do jornalismo, ainda a errata é construída para tergiversar em vez de ajudar a construir um conhecimento sobre a ciência válido e verdadeiro.

Há nos dois casos a presença de *apreciação*. Ou, seja os erros continuam com sua autoria indeterminada. No exemplo ‘3)’ o trecho: ‘*Realmente houve uma falha*’ não liga o erro ao trabalho do editor. O editor opta por indeterminar a autoria do mesmo através de um recurso que como já vimos é recorrente em vários exemplos aqui examinados.

Em seguida, o editor afirma que: ‘*A imagem da capa é uma representação feita pelo GRIM 4, um programa de computador...*’, trazendo à tona a possibilidade de ter sido o programa o ‘culpado’ pelo erro, e não ele mesmo o que caracterizaria um caso de *juízo*.

Nesse exemplo, a qualidade do programa foi posta em questão. O programa produz imagens ‘irreais’, isso não foi bom para a matéria. Mas com isso, o editor esconde mais uma vez o seu papel na manipulação da imagem e principalmente, na nomeação.

No exemplo ‘4)’ percebemos que há uma *apreciação* negativa no primeiro trecho: ‘*algumas fotos de insetos publicadas no pôster não estão em tamanho natural*’. É uma *apreciação* positiva no segundo trecho: ‘*As medidas escritas são as corretas*’.

Na *apreciação* podemos distinguir formas de avaliar os objetos. Verifica-se, similarmente ao *juízo*, uma institucionalização dos sentimentos. Porém, na *apreciação* os sentimentos avaliativos são relacionados à forma, à aparência, à composição, ao impacto e ao valor de objetos naturais ou abstratos e performances (ALMEIDA, 2010).

Passemos aos próximos exemplos:

5. A bactéria *Hoemophilus influenzae* causa meningite. Já a gripe é causada pelo vírus Influenza. (Vacinas fazem bem ou mal?, fevereiro, pág. 40). (Superequívoco – Super, 2001, abril, ed.163).
6. Ao contrário do que publicamos na matéria **DIABETE, O NOVO MAL DO SÉCULO** (edição extra de setembro, pág. 42), o excesso de cetonas no sangue pode levar a uma condição grave conhecida como cetoacidose – que tem por consequência o coma diabético. (Superequívoco – Super, 2002, outubro, ed. 181).

As escolhas discursivas do editor nos remetem a uma discussão sobre se essa seria a melhor forma de corrigir um erro que certamente alcançou milhões de leitores. A conclusão a que chegamos é que não é essa a melhor forma de fazer correção.

Poderíamos entender a errata como materialização de um pedido de desculpa, no entanto, a nosso ver, a errata é uma obrigação inerente ao ato de informar e a existência desta não está condicionada à livre vontade dos editores, mas antes constitui dever do qual não se pode fugir.

No caso do exemplo '5)' devemos falar de interdiscursividade, já que não há indícios 'materiais' da presença de um outro texto na errata. De acordo com Fairclough (2003a), a interdiscursividade ocorre através da combinação de vários elementos de uma *ordem de discurso* que convergem para um discurso específico. Sendo assim, nós sabemos que a errata está remetendo o leitor para o texto da matéria jornalística onde o erro ocorreu, mas isso não está manifestado no texto da errata.

Passando para a análise das categorias analíticas, vemos que há nos dois casos exemplos de *heteroglossia*, mais especificamente uma *contração*. Segundo Martin e White (2005, p.102) "os recursos heteroglóssicos podem ser divididos em duas grandes categorias se forem 'dialogicamente expansivos' ou 'dialogicamente contrativos' em sua funcionalidade intersubjetiva".

Essa subclassificação está ligada ao fato de que em um enunciado o locutor age ativamente no sentido de fazer concessões para que outras vozes participem da interação, ou se ao contrário age para afastar ou restringir essa interação dialógica.

As construções das duas erratas não abrem margem de negociação de sentidos, são marcadas por uma linguagem 'fechada' e taxativa que se limitaram a expor uma afirmação daquilo que é o certo e mais nada. Não entraram nessa construção: informações sobre o texto de origem; quem identificou o erro ou qualquer outro comentário que evidenciasse uma vontade de autocorreção por parte do editor.

No exemplo '6)', temos um caso de *juízo*. Na passagem: 'Ao contrário do que publicamos na matéria', podemos identificar que há uma diferença dos exemplos anteriormente citados nesse tópico.

Primeiro o editor indica a existência de um texto predecessor: 'Ao contrário do que [...]', para em seguida assumir que ele mesmo 'publicou' o erro nesse texto primeiro. Essa construção está em contraponto à predominância da indeterminação de autoria que temos presenciado ao longo dessa análise.

Assim, temos um caso de juízo negativo da publicação da matéria com erros. O que está sendo julgado nesses casos é o comportamento humano. Vemos em Almeida (2010, p.107) que podemos fazer a pergunta: 'o indivíduo é capaz, competente?' para caracterizar o *juízo* pelo processo de estima social, ou seja, a competência do editor foi colocada em jogo e isso lhe traz um prejuízo social que não envolve questões legais, mas tão somente perda de prestígio social.

Os exemplos que seguem dizem respeito a temas da biologia. Isso quer dizer que estes exemplos referem-se aos campos de estudo que têm como objetivo o tratamento de assuntos relacionados com a ecologia, classificação biológica, anatomia e fisiologia, genética e evolução.

7. POLÊMICA DO PEIXE-VACA

Certo que a resposta está envolta de ironia, porém o feminino de "peixe-boi" é "peixe-mulher" e não "peixe-vaca" como publicado (Oráculo, março). (*Super*, 2011, abril, ed. 290) Rodrigo Saunier Michiles.

Você está certo, Rodrigo. A partir de hoje, todas as vezes que citarmos o feminino do peixe-boi usaremos “peixe-mulher” (embora ele não seja nem peixe nem mulher).

8. HERBICIDA

Trinta e uma pessoas (sim, 31) notaram que confundimos as bolas. Aqui, duas maneiras bem diferentes de alertar para o erro:

- a. Gostaria de fazer uma correção na reportagem “Doença ataca plantas transgênicas” (setembro). O Glifosato é um herbicida e não um inseticida como foi mencionado. Abraços. Juliano Tiago Karsburg, Santa Cruz do Sul, RS.
- b. A ignorância de quem escreve os artigos é irritante. Caros, o glifosato é um herbicida e não um inseticida! Herbicida mata ervas daninhas (plantinhas). Inseticida mata insetos (artrópodes com 6 perninhas) esquece, tô complicando.
Renato Santini, Piracicaba, SP. (Cartas dos Leitores – Super, 2009, outubro, ed. 270).

No exemplo ‘7)’ podemos observar um caso de *heteroglossia*. Segundo (SOUZA, 2010), as categorias de *heteroglossia* representam diferentes graus de responsabilidade pelo que é dito. Há um nível máximo de responsabilidade assumida pelo falante, um nível intermediário no qual a responsabilidade é compartilhada ou parcialmente assumida e um nível mínimo em que a responsabilidade é atribuída a outrem ou mesmo recusada.

Nesse caso, podemos observar um exemplo de *heteroglossia* em que há o endosso por parte do editor que afirma: ‘*Você está certo, Rodrigo*’. No endosso, há uma voz que se soma àquela que foi citada (do leitor), compartilhando, dessa forma a responsabilidade por aquilo que foi afirmado anteriormente. Temos então que o editor endossa a posição assumida pelo leitor, reconhecendo o equívoco.

Além disso, as palavras do editor estão repletas de ironia o que faz parecer que, apesar de endossar a fala do leitor, a correção feita não tem motivo de ser. A passagem (ex. 7): ‘*A partir de hoje, todas as vezes que citarmos o feminino do peixe-boi usaremos “peixe-mulher” (embora ele não seja nem peixe nem mulher)*’ deixa essa ironia bastante evidente.

Há também presente o aspecto do humor, através do qual o editor ameniza o aspecto negativo, e disfarça a sua responsabilidade perante o equívoco. Podemos dizer, de certa forma, que a linguagem formal da ciência, ou mesmo de um veículo de informação que está preocupado em corrigir um erro e que está preocupado com o prejuízo causado, foi excluída.

A categoria de *heteroglossia* abarca entre outros aspectos as noções de dialogia, interdiscursividade, intertextualidade e polifonia. Essas noções dizem respeito a textos e vozes importantes que são incluídos em textos específicos, como essa errata. Mas também diz respeito às vozes que são excluídas, e que de alguma forma são relevantes para o contexto discursivo.

Por isso, é que temos visto tanto cuidado na construção das erratas e a evidente necessidade de desviar-se dos problemas que surgem ao invés de enfrentá-los. A *SuperInteressante* precisa manter-se atenta nessa luta de mercado para não ter o seu discurso de ‘competência’ destruído ou desnaturalizado.

Considerações Finais

Nesse artigo, entendemos que a Divulgação Científica constitui um fenômeno social e, portanto, é passível de transformar-se em objeto para os estudos linguísticos e discursivos. A partir desse entendimento, assumimos o trabalho de abarcar a DC em seus vários aspectos que vão muito além da sua função precípua de informar as pessoas.

Essa reflexão nos levou a caminhos que mostraram que a divulgação de informações científicas representa hoje um campo de importância particular no contexto não só da mídia impressa, mas também para a composição do discurso didático. A revista *SuperInteressante* atinge quase 3 milhões de pessoas todos os meses no país inteiro, essas pessoas consomem essas informações em situações de recepção muito distintas e formam sua ‘consciência científica’ utilizando-se desse instrumento, que convenhamos, não pode ser desprezado, visto o seu alcance e poder de persuasão.

Assim, a alfabetização científica tem papel muito importante no sentido de desenvolver e efetivar o espírito da cidadania, e para que todos os cidadãos possam manter um espírito crítico baseado em sua própria cultura científica e não ser apenas caudatário de correntes de opinião, muitas vezes alimentadas menos pelo interesse público do que por *lobbies* e interesses de grupos e facções interessadas.

Todas essas estratégias discursivas têm como pano de fundo a tentativa do editor de proteger a si e conseqüentemente ao veículo de possíveis desgastes ocasionados pela frequência alta de erros em matérias importantes. Dessa forma, a errata perde sua função principal, que é de correção de um erro e passa a fazer parte de um jogo discursivo que a afasta cada vez mais desse objetivo inicial.

O entendimento de que o jornalismo é um *sistema perito*, aliás, não só o é, como também regula outros sistemas peritos, possibilitou visualizarmos outro nível da questão: o quão subjugadas as pessoas estão aos ditames da revista *SuperInteressante*. A falta de possibilidade de comprovação do que é veiculado resulta em uma ‘crença’ que não permite que os leitores duvidem um só minuto das informações publicadas.

Essa situação não favorece que as pessoas desenvolvam senso crítico e procurem entender os paradigmas gerais que regem o fazer científico, ficando, estas apenas na superficialidade das curiosidades.

Concordamos que alguns dos exemplos não têm grande importância (ou ela é mínima), contudo, o que discutimos no trabalho foi o fato de que em primeiro lugar, um veículo que atinge 2.800.000,00 de pessoas mensalmente precisa ter maior cuidado no tratamento das informações e em segundo lugar, que são princípios fundamentais de qualquer jornalista, fornecer informação de qualidade, e que em caso de erro proceda à correção de forma a minimizar qualquer prejuízo (seja ele pequeno ou grande) que ele possa causar a quem quer que seja.

A questão atualiza a discussão sobre os pressupostos éticos fundamentais que deveriam ser seguidos por todos os meios de comunicação de massa. A *superInteressante*, em alguns dos casos que já vimos e outros que veremos mais adiante, realmente errou sobre questões ‘pequenas’ (tendo em vista estritamente o conteúdo do erro), mas se o veículo não teve o cuidado com informações tão banais e acessíveis a qualquer jejuo em ciência, que dizer de temas mais relevantes? Do nosso ponto de vista o que indica a gravidade desses exemplos “menores” é que a revista não dá tratamento adequado a informações que veicula, seja ela “menos relevante” ou “mais relevante”, seja sobre o posicionamento correto do bulbo cerebral, ou sobre o uso adequado de medicamentos, ou ainda sobre o uso irregular de fontes científicas.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Fabíola Sartin Dutra Parreira. Atitude: afeto, julgamento e apreciação. In: VIAN JR, Orlando. SOUZA, Anderson Alves de. ALMEIDA, Fabíola A. S. D. P. (orgs.). A linguagem da avaliação em língua portuguesa. Estudos sistêmico-funcionais com base no sistema da avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- BAJOIT, Guy. Tudo Muda: proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Lisboa, Portugal: Ed. Unijai, 2006..
- CHOULIARAKI, Lilie & FAIRCLOUGH, Norman. Discourse in Late Modernity: rethinking Critical Dsicourse Analysis. Edinbourg: Edinbourg University, 1999.
- COSTA, Décio Bessa da. Cidadãos e cidadãs em situação de rua: uma análise de discurso crítica da questão social. 347 p. Tese (doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília. Brasília, 2009.
- FAIRCLOUGH, Norman. Analysing discourse: textual analysing for social research. London; New York: Routledge, 2003.
- GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. (trad.) Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- _____. As consequências da Modernidade. São Paulo: Editora UNESP.1991.
- MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. The language of evaluation: appraisal in Enlgish. London, Palgrave, 2005.
- MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como *sistema perito*. Tempo social; Revista de Sociologia. USP, São Paulo, 1999.
- NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática funcional. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- PEDROSA, Cleide Faye. Abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD): uma corrente para fazer Análise Crítica do Discurso. Parte 1: Herança teórica da Sociologia (Aplicada) para a Mudança Social, 2012. Site: www.ascd.com.br.
- RAMALHO, Viviane & RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.
- SOUZA, Anderson Alves de. Gradação: força e foco. In: VIAN JR, Orlando. SOUZA, Anderson Alves de. ALMEIDA, Fabíola A. S. D. P. (orgs.). A linguagem da avaliação em língua portuguesa. Estudos sistêmico-funcionais com base no sistema da avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- THOMPSON. John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. (trad.) Wagner de Oliveira Brandão. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 [1995].
- VIAN JR, Orlando. O sistema de Avaliatividade e a linguagem da avaliação. In: VIAN JR, Orlando. SOUZA, Anderson Alves de. ALMEIDA, Fabíola A. S. D. P. (orgs.). A linguagem da avaliação em língua portuguesa. Estudos sistêmico-funcionais com base no sistema da avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
-